

EDITORIAL: GÊNERO DE EXPRESSÃO OPINATIVA EDITORIAL: GENRE OF OPINATIVE EXPRESSION

*José Rosamilton de Lima¹
Ivanaldo Oliveira dos Santos Filho²*

Resumo: Objetiva-se, neste trabalho mostrar a definição de gêneros do discurso, como forma de facilitar a compreensão da grande diversidade e complexidade textual presente na sociedade. No que se refere ao editorial, destaca-se esse gênero opinativo como de grande influência no meio social para a formação intelectual e cidadã da população, pois é composto principalmente de sequências tipológicas argumentativas, pertence ao domínio discursivo classificado como jornalismo, e possui como suporte convencional a revista e o jornal.

Palavras-chave: Gêneros do discurso. Editorial. Sociedade.

Abstract: This work aims the definition of discourse genre in order to facilitate the comprehension of textual diversity presents in society. About the editorial, it is pointed this opinionated genre as of a significant influence in society to intellectual and citizen formation of the population, because it is composed mainly of argumentative typological sequences. Moreover, it pertains to discursive domain classified as journalism and it has as conventional support the magazine and the journal.

Keywords: Discursive genre. Editorial. Society.

INTRODUÇÃO

Sabemos que, com o avanço dos recursos tecnológicos e os meios de comunicação na sociedade contemporânea, está ocorrendo uma grande expansão da informação pelas diversas formas de mídia. Essa divulgação de informação de forma muito rápida na mídia tem contribuído para o surgimento de novos gêneros do discurso. É de grande importância o estudo dos gêneros do discurso, devido à necessidade que temos de classificação do discurso e da diversidade textual, para que possamos compreender um pouco da complexidade discursiva presente na sociedade, visto que os gêneros se constituem em suas ações sócio discursivas para agir sobre o mundo, constituindo-o de alguma forma.

Na verdade, podemos dizer que está ocorrendo uma substituição de gêneros, devido aos novos suportes, como a internet. Pois, diversos gêneros circulam menos no meio social, e novos gêneros passam a ser utilizados para o propósito comunicativo ou ação social. Dessa forma, estamos sempre nos comunicando verbalmente na modalidade oral ou escrita, produzindo e consumindo gêneros que expressam nossas necessidades, pensamentos e ações do nosso dia a dia na sociedade, e esses estão

¹ Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. <rosamiltonlima@hotmail.com>.

² Mestrado em Ciências Sociais. Doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras e Professor Adjunto II da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. <ivanaldosantos@yahoo.com.br>.

sempre se modificando, transformando e adaptando-se com o propósito da dinâmica da comunicação.

Há uma grande diversidade de gêneros do discurso e uma infinita possibilidade de surgimento desses gêneros, uma vez que cada campo da atividade humana se desenvolve e torna-se complexo. Com a expansão da internet, vários jornais são pressionados a postar versões *on-line* nesse suporte tecnológico, com isso gêneros típicos do jornal impresso já são disponíveis de forma digital, como é o caso do editorial e muitos outros gêneros.

1 DEFINIÇÃO DE GÊNEROS DO DISCURSO

Desde muito tempo, houve uma preocupação em se classificar a diversidade de textos. Na era clássica se atribui a Aristóteles e a Platão a classificação de três formas genéricas fundamentais que estavam concentrado na literatura: o lírico, o épico e o dramático. Aristóteles propõe subdivisões em função da atitude de enunciação, pois os gêneros segundo a ética clássica eram investigados e interpretados como modos de enunciação. Logo, o gênero lírico diz respeito às obras em que apenas o autor fala, no dramático somente os personagens têm o direito de voz e ao épico envolve as obras em que os autores e personagens falam. “Pela tradição literária, um gênero histórico pode ser considerado um conjunto de normas, de regras do jogo, que determina a maneira como o leitor deverá ler o texto”. (PINHEIRO 2002, p. 260). Como podemos ver, antigamente se estudava os gêneros literários e os da sócio-retórica. Nesse sentido, ele é uma instância que determina a leitura de um texto desde o ponto de vista de sua forma e de seu conteúdo.

Atualmente, a noção de gênero tem grande relevância para a análise de textos midiáticos. Dentro da escola norte-americana, Miller e Bazerman procuram compreender o que são, como são e como funcionam os gêneros numa abordagem sociológica.

Vejamos o gênero como um constituinte específico e importante da sociedade, um aspecto principal de sua estrutura comunicativa, uma das estruturas de poder que as instituições exercem. Podemos compreender o gênero, especificamente, como este aspecto da comunicação situada que é capaz de reprodução, que pode manifestar-se em mais de uma situação, em mais de um espaço-tempo concreto. As regras e os recursos de um gênero fornecem papéis reproduzíveis de falante e de ouvinte, tipificações sociais de necessidade sociais e exigências recorrentes, estruturas tópicas (ou “movimentos” e “passos”) e modos de relacionar um evento a condições materiais, transformando-as em restrições ou recursos. (MILLER 2009, p. 52).

Na concepção dessa autora, o gênero é moldado de acordo com a cultura e não é centrado apenas na forma, mas principalmente na substância. É proposto que na retórica o termo gênero seja limitado a um tipo particular de classificação de discurso

baseada na prática retórica, sendo aberta e organizada em torno de ações situadas, ou seja, que busque explicar o conhecimento que a prática cria. Portanto, o número de gêneros que circula na sociedade é indeterminado e depende da complexidade e diversidade dessa sociedade, uma vez que os gêneros mudam, evoluem e deterioram-se.

Por conseguinte, o gênero é ação social, mas também a estrutura ou a forma é um aspecto constituinte da ação, sendo a ação o aspecto principal. Ele fornece uma maneira de trazer a prática social para o contexto instrucional e encoraja uma atenção cuidadosa às normas e convenções.

Se entendermos gêneros como ações retóricas tipificadas fundadas em situações recorrentes, temos que concluir que membros de um gênero são discursos completos, no sentido de que estão circunscritos por uma mudança relativamente completa na situação retórica. (MILLER 2009, p. 34).

Nessa ótica, são as regras constitutivas que nos dizem como fundir a forma e o conteúdo para se fazer sentido e que são as regras reguladoras que nos dizem como a fusão em si deve ser interpretada dentro de seu contexto. Nesse caso, Miller (2009) defende o gênero como uma forma de ação social, um artefato cultural importante como parte integrante da estrutura comunicativa de nossa sociedade.

Além do mais, as ações comunicativas servem para organizar as relações sociais na atividade discursiva. Porém, o objeto discursivo é resultado da relação entre os participantes de uma atividade na qual é construído a partir das percepções e cognição individual de cada um.

Os gêneros textuais mais simples, tais como recibos de vendas, têm alguma relação com os textos estruturantes maiores da sociedade – como as leis que regulamentam os impostos, os registros das firmas, os relatórios financeiros para os mercados e os indicadores econômicos. Até amizades podem ser realizadas através da responsividade e da repetição dos discursos de entretenimento, de lazer e da contemplação pessoal e moral, que circulam publicamente. (BAZERMAN 2005, p. 134).

Essas considerações fortalecem a noção de que a fala e a escrita são adequadas a diferentes situações de acordo com as regras e normas que o contexto comunicativo determina. A partir disso esse teórico afirma que os fatos sociais são as distinções que surgem em um espaço determinado da crença social e do comportamento de pessoas com base em tais crenças. Assim, os gêneros são tipos específicos de textos que possuem características funcionais e organizacionais que são utilizados em contextos sociais. Nesses termos, Bazerman (2005) define o gênero como uma ação retórica, uma forma de

organização social que se insere nas atividades discursivas que fazem parte do sistema de funcionamento da sociedade.

Esses dois teóricos norte-americanos, Miller (2009) e Bazerman (2005), trabalham numa perspectiva que enfatiza a compreensão do funcionamento social e histórico, e, conseqüentemente, vinculam os gêneros às instituições que os produzem, bem como a relação com o poder, e assim podemos dizer que ambos foram influenciados por Bakhtin. Isso porque esse estudioso representa uma espécie de bom-senso teórico em relação à concepção de linguagem, e trouxe grande contribuição para o estudo dos gêneros do discurso, mas para entendermos a definição de gênero, primeiro precisamos entender o conceito de enunciado.

2 O ENUNCIADO: UNIDADE DA COMUNICAÇÃO VERBAL

Bakhtin (2003) define o enunciado como unidade real da comunicação discursiva e aponta que essa concepção permitirá compreender de modo mais correto também a natureza das unidades da língua enquanto sistema, as palavras e as orações. Para compreender o conceito de enunciado se faz necessário entender o que significa a oração no pensamento desse teórico.

A oração é um encadeamento de frases ou palavras que expressam as ideias de um locutor. No entanto, quando o contexto de uma oração é o contexto de um mesmo falante, a relação entre a oração, o contexto transverbal da realidade e os enunciados de outros locutores não são uma relação direta ou pessoal, é intermediado pelo enunciado em seu todo.

Quando a oração não se insere no contexto de um único locutor, ela é vista como um enunciado acabado, encontrando-se, dessa forma, em contato direto com a realidade, passando para a categoria de enunciado completo. Sendo assim, a oração em seu contexto não pode forçar uma resposta, esta adquire essa propriedade apenas no todo do enunciado.

De fato, quando a oração se torna um enunciado completo, esta perde suas características e adquire novas particularidades que atendem ao enunciado. A oração como unidade da língua não está em contato com a realidade, não possui uma significação plena e não exige uma resposta para que possa dar continuidade a uma comunicação, ela é apenas de natureza gramatical, é presa somente à gramática.

Na verdade, o que produz comunicação são os enunciados que são constituídos com unidades da língua como palavras, combinação de palavras e orações. Portanto, o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional de um texto estão indissolúvelmente ligados, no todo, ao enunciado e são

igualmente determinados pela especificidade de um dado campo da comunicação. Nessa ótica, o enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados.

O enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, precisamente delimitada da alternância dos sujeitos do discurso, a qual termina com a transmissão da palavra ao outro, por mais silencioso que seja o “dixi” percebido pelos ouvintes [como sinal] de que o falante terminou. (BAKHTIN 2003, p. 275).

Como podemos perceber, a oração enquanto unidade da língua está relacionada aos aspectos gramaticais e está limitada à forma, enquanto que o enunciado não está preso somente à forma, ele possibilita a comunicação, por isso ele pode ser construído a partir de uma palavra, de uma oração, de uma unidade de discurso e, no entanto, não podemos classificá-lo somente como uma unidade da língua. Dessa forma, a oração é uma unidade da língua, é de natureza gramatical, desprovida de propriedades estilísticas; não possui uma significação plena nem capacidade de suscitar uma atitude responsiva ativa do outro locutor, de determinar uma resposta.

Bakhtin (2003) aponta duas peculiaridades para o enunciado. A primeira é a alternância dos sujeitos do discurso que moldura e cria sobre ele uma massa firme, delimitando a vinculação entre um enunciado e outros. É isso que possibilita ao enunciado ser visto como unidade da comunicação discursiva. A segunda particularidade é a conclusibilidade do enunciado que permite a troca de turnos entre os locutores, tornando possível perceber que o falante já disse tudo o que quis dizer em um dado momento ou sob determinadas condições.

Conforme o contexto verbal e as diferentes condições e situações variadas da comunicação, existe uma alternância entre um enunciado e outro, entre os sujeitos falantes em uma determinada esfera da atividade e da existência humana. “O enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas”. (BAKHTIN 2003, p. 300).

Logo, podemos dizer que é através de enunciados concretos que sentimos claramente a importância da língua para a nossa vida, e é através desses enunciados que percebemos que as produções que realizamos para nos comunicarmos tornam-se reais por intermédio de um processo de interação que eles são promovidos em função do uso da língua. Por isso, podemos entender que o enunciado é a unidade da comunicação verbal.

Diante disso, a comunicação verbal se dá por meio de enunciados, nós não falamos por palavras e orações isoladas. Nós usamos uma língua na sua composição vocabular e estrutura gramatical através de enunciados concretos que interagimos com outros falantes que estão ao nosso redor ouvindo e reproduzindo discursos. “Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização

da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais designamos de *gêneros do discurso*". (BAKHTIN 2003, p. 262, itálico no original).

O conceito de gênero por esse viés nos remete à definição de Formação Discursiva estabelecida por Foucault (2008a), que quer dizer que ela é algo que determina a seus falantes o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma determinada conjuntura. Na verdade, uma FD apresenta em seu interior um entrelaçamento de discursos constituídos de um conjunto de enunciados que provém de diferentes momentos da história e de diferentes lugares sociais.

Bakhtin (2003) classifica os gêneros em primários e secundários, que se trata de uma distinção que dimensiona as esferas de uso da linguagem em processo dialógico-interativo. Os gêneros primários são aqueles que surgem a partir do cotidiano, isto é, que ocorrem na esfera das atividades do cotidiano, como conversa familiar, ou uma conversa simples entre colegas na rua ou na escola, ou seja, estes gêneros se formam ao longo de uma comunicação verbal que ocorre de forma natural, são aquelas da vida cotidiana e que mantém uma relação imediata com as situações que são produzidas. Já os gêneros secundários têm uma maior complexidade, pois são institucionalizados e surgem como circunstâncias de uma comunicação cultural relativamente mais evoluída, ocorrem principalmente na modalidade escrita. No caso do gênero editorial, podemos classificá-lo como gênero secundário por ser um texto científico e obedecer a normas de uma instituição. Quando os gêneros primários são inseridos dentro dos secundários, eles perdem sua função social de gênero e são apenas parte da composição dos gêneros secundários. Um exemplo disso são as cartas, poemas, recados, convites que podem fazer parte de um romance.

É interessante frisarmos que o nosso discurso se organiza em gêneros, pois, quando ouvimos outras pessoas falarem, já se torna possível detectarmos por meio das primeiras palavras qual o gênero utilizado e prevermos o volume de texto e o momento da conclusão. "Se os gêneros do discurso não existissem e nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez cada enunciado, a comunicação discursiva seria quase impossível". (BAKHTIN 2003, p. 283).

Por isso, podemos dizer que a comunicação verbal somente acontece por meio de algum gênero do discurso. A vontade discursiva do falante se realiza na escolha de um gênero, isso porque todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas da comunicação verbal.

3 GÊNERO, TIPOLOGIA TEXTUAL E DOMÍNIO DISCURSIVO

Sabemos que no Brasil há estudos significativos sobre os gêneros. Um dos autores que se tornou referência nessa temática foi Luiz Antônio Marcuschi, por desenvolver um estudo enfatizando a importância da realização de um trabalho pedagógico em sala de aula de línguas em que se priorize a diversidade textual. Para isso ele estabeleceu diferenças, conceituando e explicando as noções de gêneros, tipologias textuais e domínios discursivos, direcionados aos profissionais que lidam

com o ensino de línguas e, assim, como outros que atuam em outras áreas, ao público em geral, que apresenta dificuldades para classificar a grande variedade de textos que circulam na sociedade.

Gênero textual refere os textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Em contraposição aos tipos, os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: *telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo, por computador, aulas virtuais* e assim por diante. Como tal, os gêneros são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas. (MARCUSCHI 2008, p. 156, itálico no original).

Dessa forma, podemos afirmar que os gêneros textuais são ações sociais que envolvem questões de acesso e poder, tendo em vista as situações adequadas para serem utilizadas como características os conhecimentos práticos, relacionados com a experiência de vida das pessoas. Quando nos referimos ao gênero editorial que constitui o *corpus* de nossa pesquisa, podemos dizer que representa uma ação social que tem a funcionalidade de convencer o leitor sobre um determinado assunto, como por exemplo, que Barack Obama é a pessoa certa para administrar os Estados Unidos. De fato, a opinião emitida por meio desse gênero textual na sociedade corresponde ao interesse da empresa jornalística que de certa forma tem algum benefício que atenda aos seus propósitos ideológicos, financeiros, etc.

Como podemos constatar, é enorme a diversidade de gêneros textuais, tais como: charge, anúncio, entrevista, convite, bula, aviso, conto, crônica, história em quadrinhos, editorial, artigo, resenha, etc. Nesse sentido, os gêneros textuais se caracterizam pela variedade de formatos e a centralidade no processo comunicativo. No exposto, percebemos que os gêneros são entidades comunicativas em que predominam os aspectos relativos à função, propósitos, ações e conteúdos. E a tipicidade destes vem de suas características funcionais e organização retórica. Desse modo, o conceito de gênero é visto como entidades dinâmicas, formas culturais e cognitivas de ações sociais presentes na linguagem. Assim, os gêneros são veículos utilizados no meio social para atingir objetivos específicos de comunicação.

É importante frisarmos, também, a diferença entre tipos textuais ou modalidades retóricas de gêneros textuais.

Tipo textual designa uma espécie de construção teórica {em geral uma sequência subjacente aos textos} definida pela natureza linguística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo}. O tipo caracteriza-se muito mais como sequências linguísticas (sequências retóricas) do que como textos materializados; a rigor, são modos textuais. Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*. O conjunto de categorias para designar *tipos textuais* é limitado e sem tendência a aumentar. Quando predomina um modo num dado texto concreto, dizemos que esse é um texto *argumentativo* ou *narrativo* ou *expositivo* ou *descritivo* ou *injuntivo*. (MARCUSCHI 2008, P. 154-155, itálico no original).

Nota-se que, ambas as definições são bem sistematizadas, didatizadas, e bastante explícitas, trazendo essas noções de gêneros e tipos textuais que podem ser aplicadas com bastante proveito principalmente ao ensino de línguas. Contudo, percebemos nitidamente que o respaldo teórico está centrado nos estudos de Bakhtin (2003) no que diz respeito à problemática e definição dos gêneros do discurso.

Nesse sentido, por considerarmos relevante compreender a complexidade da discursividade presente na sociedade, faz-se necessário apresentar a definição de domínio discursivo:

Domínio discursivo constitui muito mais uma “esfera da atividade humana” no sentido bakhtiniano do termo do que um princípio de classificação de textos e indica *instâncias discursivas* (por exemplo: discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso etc.). Não abrange um gênero em particular, mas dá origem a vários deles, já que os gêneros são institucionalmente marcados. Constituem práticas discursivas nas quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que às vezes lhe são próprios ou específicos como rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relações de poder. (MARCUSCHI 2008, p. 155, itálico no original)

Com base no exposto, os domínios discursivos é uma das grandes esferas da atividade humana em que os textos circulam. Logo, é importante que não se confundam texto e discurso como a mesma coisa, pois o texto é uma entidade concreta realizada materialmente e corporificada em algum gênero do discurso, já o discurso é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva.

É interessante mencionarmos que a propagação dos gêneros no meio social ocorre por meio de diversificados suportes. “Entendemos aqui como suporte de um gênero um lócus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto”. (MARCUSCHI 2008, p. 174). Ele classifica dois tipos de suportes: o convencional e o incidental. O suporte convencional é aquele que foi elaborado exatamente com a finalidade de portarem e fixarem textos. Nesse caso, são exemplos de suporte convencional: livro, jornal, revista, rádio, televisão, telefone, quadro de avisos, *outdoor*, encarte, *folder*, luminosos, faixas, etc. Já os suportes incidentais funcionam como suportes ocasionais ou eventuais que

não são destinados a esse fim de modo sistemático nem na atividade comunicativa regular, como por exemplo embalagem, roupas, corpo humano, muros, paradas de ônibus, fachadas, etc. Porém, a internet é um serviço em função da atividade comunicativa, por tratar-se de mais um caso limite. Ela é considerada como um suporte que alberga e conduz gêneros dos mais diversos formatos, contendo assim, todos os gêneros possíveis. Dessa maneira, o suporte apresenta o texto para que se torne acessível ao público. Vale ressaltar que há casos em que o suporte é um dos fatores primordial para determinar qual é o gênero textual.

É verdade que nós aprendemos a moldar nossos textos às formas genéricas que conhecemos. Nas palavras de Bakhtin (2003) somente se pode produzir e interpretar enunciados quando se sabe a qual gênero relacioná-los. Considerando a proposta de Marcuschi (2008), se tomarmos como exemplo o editorial *on-line* do jornal americano *The New York Times* podemos dizer que o jornalismo é o domínio discursivo, o editorial se configura como gênero e o tipo textual são as sequências argumentativas. Além disso, o jornal *on-line* funciona como o suporte e, por último, podemos dizer que a ideologia capitalista norte-americana se oferece como uma esfera da Formação Discursiva.

4 O GÊNERO EDITORIAL

Na tentativa de atrair e conquistar a audiência de leitores, ouvintes e telespectadores é feito um significativo trabalho para convencer o público para seriedade, profissionalismo e imparcialidade das emissoras de comunicação, principalmente quando se trata de transmitir informações e expor opiniões. No que se refere ao jornal impresso, o editorial é o principal gênero textual apresentado como rótulo de credibilidade. Esse gênero consiste em um texto opinativo que expressa a opinião coletiva dos responsáveis pela redação do jornal.

Os editoriais não são notícias, pois tratam de opiniões que são baseadas em fatos e que têm como finalidade proporcionar um nível maior de discussão dentro do público leitor. Segundo Souza (2006) os editoriais são textos nos quais se discutem, sob o ponto de vista do meio de comunicação ou de seus editores, um fato atual relevante, nacional ou internacional. O assunto abordado pode apresentar caráter político, social, cultural ou econômico e tem como finalidade proporcionar grande repercussão perante o público.

Devemos ressaltar, ainda, que o texto editorial costuma ser curto e conciso, geralmente apresenta na sua estrutura física os seguintes elementos: a introdução, em que o assunto é identificado, ou seja, apresenta a ideia central; o desenvolvimento, em que se analisa a questão por meio da apresentação de dados estatísticos, citações, exemplos, comparações e depoimentos; e, por fim, a conclusão, em que o autor sugere soluções para o problema, ou faz uma síntese do que foi discutido, levando o leitor a refletir.

Os jornais são veículos de comunicação que possuem uma postura de seriedade na divulgação da informação, tentando demonstrar parcialidade ao mesmo tempo em que emitem opiniões de valores para direcionar a opinião pública, e, por isso, possuem credibilidade e tem influência na sociedade.

O jornalismo é concebido como um processo social que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos). (MELO 2003 p. 17).

Nessa perspectiva, o jornalismo assume a natureza eminentemente política desde o seu nascimento como processo social. O jornalismo tem como função registrar os fatos e acontecimentos e informar a sociedade, ao mesmo tempo em que tenta esclarecê-los e explicá-los detalhadamente. Ademais, é característica fundamental do jornalismo a sua reação perante o que está sendo noticiado, difundindo opiniões e assumindo o papel de conselheiro e formador de opinião.

Segundo Melo (2003), há duas categorias jornalísticas historicamente localizadas: o jornalismo informativo, que leva a informação sobre os principais acontecimentos sejam locais, regionais, nacionais e mundiais; e o jornalismo opinativo que procura influenciar e moldar opinião do homem sobre determinados assuntos que estão sendo noticiados. Além desse propósito da imprensa de caráter sério de informar, interpretar e moldar opiniões, o jornalismo também investe bastante no entretenimento com a intenção de preencher os momentos de ócio da população, de atrair a atenção do público com algo que lhes interessa e de promover lucro financeiro a empresa jornalística.

No que se refere ao jornalismo norte-americano, houve a tentativa de se impor uma forma rígida de imparcialidade que demonstra frieza na divulgação do noticiário, pois as empresas jornalísticas criaram essa ideia de objetividade jornalística e querem que o restante do mundo adote esse modelo de neutralidade na divulgação da informação. Contudo, sabemos que essas empresas responsáveis pela divulgação das notícias filtram as informações para transmiti-las de acordo com seus interesses políticos econômicos. Mesmo assim, temos que destacar que, na atualidade, têm ocorrido mudanças significativas, em que se destaca uma forma mais inovadora que se concentra em registrar os fatos reais, e se mantendo fiéis quanto à sua veracidade, mas com o diferencial de utilizar maior sensibilidade provida dos recursos do relato ficcional.

Melo (2003) afirma que, segundo a classificação de *Fraser Bond*, o jornalismo norte-americano se divide em duas categorias as *stories*, aquilo que aborda o que é intencionalmente informativo; e os *comments*, aquilo que trata do que é explicitamente opinativo. Dentro dessa primeira categoria, *stories*, enquadra-se o noticiário, que abrange a notícia, a reportagem, a entrevista e a história de interesse humana. Já na

segunda categoria, *comments*, inclui-se as matérias referentes à *editorial Page* que é composta pelo editorial, a caricatura, a coluna e a crítica.

Esse autor (2003) propõe uma classificação que é comum na imprensa brasileira em que também prevalecem duas categorias: o jornalismo informativo em que se agrupam os gêneros do discurso como a nota, a notícia, a reportagem e a entrevista; e o jornalismo opinativo, que abarca os gêneros: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta.

No que se refere ao gênero editorial, podemos dizer que seu conteúdo está relacionado aos principais assuntos do dia que estão vinculados aos assuntos sócio-histórico do momento, seja a nível local, regional, nacional e mundial. Os temas discutidos no editorial jornalístico abrangem novos acontecimentos no setor político, econômico, social, científico e também cotidiano. O editorial tem a função de informar de modo que proporcione uma reflexão crítica sobre o assunto em pauta e utiliza argumentos para convencer o leitor a aderir e compartilhar com o ponto de vista da empresa jornalística.

A seleção da informação a ser divulgada através dos veículos jornalísticos é o principal instrumento de que dispõe a instituição (empresa) para expressar a sua opinião. É através da seleção que se aplica na prática a *linha editorial*. A seleção significa, portanto, a *ótica* através da qual a empresa jornalística vê o mundo. Essa visão decorre do que se decide publicar em cada edição privilegiando certos assuntos, destacando determinados personagens, obscurecendo alguns e ainda omitindo diversos. (MELO 2003, p. 75, *italico no original*).

Como podemos observar, as empresas jornalísticas tentam ter o controle absoluto daquilo que é noticiado, divulgado como posicionamento da referida empresa sobre determinado assunto. Porém, quando se trata de empresas grandes, às vezes algumas opiniões surgem como controvérsia por conta de algum jornalista que encontra uma forma de burlar e emitir uma opinião que toma rumo diferente do que está previsto pela linha editorial, fato esse que geralmente acaba resultando na demissão do funcionário que comete esse equívoco. Em suma, podemos dizer que a grande maioria das empresas jornalísticas mantém uma postura política perante os fatos, mantendo um controle em sua divulgação de acordo com os seus interesses político corporativo.

No Brasil, assim como nos Estados Unidos, a pauta jornalística funciona como um filtro ideológico no processo de produção e divulgação da informação. Contudo, há diferença nesse processo, uma vez que nos Estados Unidos um jornalista fica encarregado pela pré-seleção das informações, ele circunscreve para indicar a existência ou possibilidade de configuração de um fato, deixando o seu relato sob a responsabilidade do profissional que irá realizar a cobertura. Já no Brasil, a pauta funciona como um receituário para a exploração do fato que é algo possível de se transformar em notícia.

Por exemplo, no que se refere ao editorial do *The New York Times* há uma escolha da temática que o jornal considera com maior repercussão na sociedade para que o grupo editorial elabore o referido texto. No entanto, essa seleção é resultado do interesse que o jornal possui para atender seu próprio anseio, seja para conseguir benefícios ideológicos ou financeiros. “Editorial é o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento”. (MELO 2003, p. 103). O editorial tenta por meio de uma opinião formulada pela empresa jornalística orientar a opinião pública perante à sociedade civil. Mas, para isso, essa empresa não deve possuir vinculação com os dirigentes do Estado, ela deve ter uma postura autônoma e compartilhar com uma sociedade que não esteja totalmente subordinada ao Estado em todos os níveis da vida social.

No caso da sociedade civil americana, se trata de uma sociedade civil autônoma em que a grande maioria da população não é submissa ao governo, é um país bastante democrático e que é forte o patriotismo em que se defende o bem-estar da nação. Na verdade, as empresas de jornalismo buscam influenciar os dirigentes do aparelho burocrático do Estado por meio do seu posicionamento diante dos assuntos públicos noticiados.

CONCLUSÃO

Isso significa que o gênero editorial expressa a opinião da empresa jornalística sobre os assuntos polêmicos que são noticiados no momento. Assim, o editorial é um gênero do discurso secundário, pois surgiu de uma comunicação verbal na modalidade escrita, e obedece a padrões institucionais. É o gênero que é encarregado de representar a empresa jornalística e tem influência direta na sociedade, uma vez que a respectiva empresa defende interesses políticos corporativos. A mídia é, pois, uma das fortes representações de poder no meio social. Como por exemplo, mencionamos os editoriais que constituem o *corpus* da nossa pesquisa que foram publicados no período das eleições presidenciais americanas de 2008, que se mostram favoráveis ao exercício de Barack Obama como presidente dos Estados Unidos.

É preciso dizer, ainda, que o editorial é composto principalmente de sequências tipológicas argumentativas, pertence à esfera da atividade humana ou ao domínio discursivo classificado como jornalismo, e a ideologia que é representada por meio desse gênero pode ser mostrada como FD, e por último possui como suporte convencional a revista e o jornal que podem ser impressos ou *on-line*. Portanto, destaca-se esse gênero opinativo como um texto de grande influência no meio social para a formação intelectual e cidadã da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Introdução e tradução do russo Paulo Bezerra : prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. 4. ed. São Paulo: SP. Martins Fontes, 2003.

BAZERMANN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. Organização de Ângela Paiva Dionísio, Judith Chambliss Hoffnagel; tradução e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel; revisão técnica Ana Regina Vieira ... [et. Al.]. São Paulo : Cortez, 2005.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARQUES DE MELO, J. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. revista e ampliada. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

FOCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969-2008.

MILLER, Carolyn R. *Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia*. Organização de Ângela Paiva Dionísio, Judith Chambliss Hoffnagel [et. Al.]. Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2009.

PINHEIRO, Najara Ferrari. A noção de gênero para análise de textos midiáticos. IN: MEURER, José Luiz & MOTTA-ROTH, Désirée. (orgs). *Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.